



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**CONSTRUINDO ALTERNATIVAS À CRISE SOCIOAMBIENTAL
CONTEMPORÂNEA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA, TRANSFORMADORA
E EMANCIPATÓRIA E HISTÓRIA ORAL**

Maicon Dourado Bravo¹

Resumo: O contexto da crise socioambiental exige a formulação de novas propostas de sociabilidades, que sejam sustentáveis, que promovam a realização democrática dos sujeitos, sua postura ativa diante de suas próprias vidas e interajam para solucionar problemas que os afetem cotidianamente. A Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória se coloca como uma via pela qual promover e valorizar formas do ser humano se relacionar entre si e com o meio alternativas à hegemonia capitalista, e a História Oral como uma forma prática de registrar e reconhecer novas sociabilidades que permeiam os grupos subalternos e desconsiderados pela História tradicional.

Palavras-Chaves: Crise Socioambiental, Metodologia, EA Crítica, Transformadora, Emancipatória, História Oral

Abstract: The context of socio-environmental crisis requires the formulation of new proposals for sociability, sustainable and that promote democratic achievement of the subjects, their active stance front their own lives and interact to solve problems that affect them daily. The Critical, Transformative and Emancipatory Environmental Education arises as a route by which promote and enhance the ways humans relate to each other and with the environment alternatives to capitalist hegemony, and Oral History as a practical way to record and recognize new forms of sociability that permeate subaltern and ignored groups by traditional history.

Key words: Socio-Environmental Crisis, Methodology, Environmental Education

Considerações Iniciais

A civilização ocidental passa por um tenso momento de crise, uma crise socioambiental, que tem tomado amplos espaços de discussão entre acadêmicos, intelectuais, trabalhadores, e a mídia, esta última exercendo um papel preponderante no terrorismo psicológico que exerce sobre o público telespectador. Muito embora a situação seja realmente

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – Universidade Federal do Rio Grande – CEP 96201-900 – Rio Grande – Rio Grande do Sul – Brasil – maiconbravo@yahoo.com.br; <http://gpncfurg.blogspot.com/2009/06/cidade-sustentavel.html>.

preocupante, pouco a grande mídia faz para contribuir com a solução desta crise socioambiental. Como refere Santos (2009),

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. [...] Estamos diante de um novo ‘encantamento do mundo’, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual em dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. Este é o trabalho da publicidade.

O que se tem veiculado pelos grandes canais de informação em grande parte são vieses plenos de intenções e subjetividades interesseiras, “discurso e retórica” a serviço de um interesse particular. Seu objetivo resume-se a desviar a atenção de dados realmente significativos, tais como os verdadeiros responsáveis pela crise socioambiental contemporânea, a insustentabilidade do modelo socioeconômico capitalista, a desigualdade na distribuição de recursos entre as diferentes regiões do globo, etc. Isso acaba por reproduzir comportamentos superficiais e limitados, que pouco impacto têm sobre a questão socioambiental.

Diretamente relacionada ao modelo socioeconômico promovido pelo mundo ocidental contemporâneo, fruto de um processo histórico que tem suas raízes na implantação da moderno-colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2006), a atual crise socioambiental tem seu cerne na proposta de dominação da natureza e dos grupos relacionados a ela e seu usufruto/exploração pelo interesse do capital, da mais-valia universal, motor único do mundo capitalista contemporâneo (SANTOS, 2009). Tudo assume um valor de mercado, e esse valor, abstrato por natureza, é o equivalente geral para todos objetos e ações frutos das relações ser humano-meio ambiente. O objetivo último da existência humana é o lucro, e este pauta todas as relações que são estabelecidas.

Os problemas relacionados à alimentação, à saúde, à moradia, ao trabalho, à higiene e à ecologia têm ocupado um lugar cada vez maior entre os mais diversos grupos, e soluções têm sido apresentadas, acompanhando compreensões de mundo e interpretações da realidade. Algumas destas soluções creditam à técnica e às propostas surgidas dentro do próprio sistema o papel primordial de abrandar os impactos da crise socioambiental, em postura acrítica frente a situação-limite que se enfrenta atualmente.²

² Leituras aprofundadas sobre esse tema podem ser realizadas em PORTO-GONÇALVES, 2006, partes III, IV e V, onde se encontra a proposta de domínio do mundo e contorno da crise socioambiental por meio da técnica e suas contradições, a fome e a “saída” técnica para ela, e a transformação da natureza em mercadoria em seus mais diversos aspectos; LOUREIRO, 2009, principalmente o capítulo 1, onde se trata do pragmatismo no ambientalismo; DIEGUES, 2008, com as noções de preservacionismo e conservacionismo apresentadas no capítulo 1; e CARVALHO, 2008, principalmente o capítulo V, onde se trata do adestramento ecológico.

Outras soluções, promovidas principalmente por ambientalistas e educadores e pautadas pela “negação da homogeneidade simplificadora e o respeito à diferença de ideias e modos de viver” (LOUREIRO, 2009, p.22), pretendem promover discussões mais democráticas e aprofundadas, incluindo os sujeitos diretamente afetados por problemas socioambientais na mesa de discussão para resolvê-los. Essas soluções consideram criticamente o modelo socioeconômico vigente e hegemônico e pretendem transformá-lo para não mais reproduzir as relações de subordinação, alienação e dominação estabelecidas entre seres humanos e entre seres humanos e meio ambiente. Dentre estas soluções alternativas que querem propor novas sociabilidades ocupa papel principal a proposta da Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória, conforme apresentada por autores tais como Carlos Frederico Loureiro, Mauro Guimarães, José Silva Quintas, Gustavo Ferreira da Costa Lima e Isabel Cristina Carvalho, que apresenta vislumbres de um “outro mundo possível”.

A serviço dessa Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória se apresenta o método da História Oral como uma história com vocação para a diversidade. Uma história democrática e inclusiva, que busca instrumentalizar os grupos para construir sua própria história, registrar seu passado, revisitarem/revisarem seus costumes e buscar um futuro digno.³

A reflexão sobre a definição que se tem de Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória ganha espaço neste primeiro momento para, em seguida, compreender no que consiste o chamado método da História Oral e em seguida perceber quais são as contribuições metodológicas que a História Oral tem a fazer a esta proposta de EA.

A Alternativa à Crise Socioambiental pelo viés da Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória

A Educação Ambiental surge num contexto de transformações culturais iniciado pelas manifestações das décadas de 1960-70 e com as preocupações ecológicas postas em movimento pelo modelo civilizatório ocidental, responsável por boa parte das transformações ambientais que atingem os seres humanos e não-humanos em todos os ecossistemas. Pode-se dizer que a Educação Ambiental “[...] surge da preocupação da sociedade com o futuro da

³ Para uma leitura introdutória sobre a metodologia da História Oral, consultar MEIHY, 2005, como um manual geral para a realização da História Oral, desde o projeto até a execução; AMADO & FERREIRA, 2005, ALBERTI, 2004 e THOMPSON, 1992, para entrar em contato com textos teóricos sobre o método; MONTENEGRO, 2003, THIESEN, BARROS & SANTANA, 2005 e MEIHY, 1996 apresentam bons trabalhos utilizando o método

vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações” (CARVALHO, 2008, p.51).

Inexiste, porém, uma definição única e consensual de Educação Ambiental, como inexiste um único caminho a ser seguido para se alcançar a sustentabilidade de existência humana no planeta. O que existe é uma ampla gama de abordagens da Educação Ambiental, e dentre elas se pode distinguir as que têm cunho conservador, que apostam na capacidade do sistema superar sua crise, e as que compreendem a superação do sistema como principal forma de superar a crise.

A perspectiva conservadora da Educação Ambiental

[...] busca a partir dos mesmos referenciais constitutivos da crise, encontrar sua solução. [...] ao se colocar inapta de transformar uma realidade (a qual ela própria é um dos mecanismos de reprodução), conserva o movimento de constituição da realidade de acordo com os interesses dominantes – a lógica do capital (GUIMARÃES, In LAYRARGUES, 2007, p.26).

Esta seria uma Educação Ambiental de baixo impacto e não articulada profundamente uma intervenção junto às raízes da crise socioambiental, sendo estes claramente os reflexos socioeconômicos da aplicação do modelo capitalista. Uma Educação Ambiental que toma por base o esvaziamento e a banalização conceitual aos quais se refere Loureiro (2009, p.19) e prevê como sustentabilidade única e exclusivamente o “[...] sustentar algo, ao longo do tempo [...] para aquilo que se sustenta tenha condições de permanecer perene, reconhecível e cumprindo as mesmas funções indefinidamente, sem que produza qualquer tipo de reação desconhecida, mantendo-se estável ao longo do tempo” (FERREIRA, In FERRARO JR., 2007, p.315). Esse algo sustentado, para uma Educação Ambiental de baixo impacto, pode ser o sistema capitalista em sua essência, socialmente e ambientalmente injusto e nocivo.

Representando um contraponto a esta EA de baixo impacto se reflete sobre uma Educação Ambiental interessada em repensar o modelo civilizatório hegemônico e traçar metas para sua superação, visto que este se apresenta como vórtice do qual se originam todos os principais problemas socioambientais enfrentados pela humanidade. Uma Educação Ambiental que opere uma transformação paradigmática, enfim, que potencialize os sujeitos envolvidos diretamente nestas relações assimétricas, de alienação, subordinação e dominação, e que os faça perceber sua autonomia para intervir no mundo. Identifica-se aqui essa perspectiva como Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória, para a qual sustentabilidade seria uma estrutura conceitual que

[...] Se vincula [ao real] e à lógica das práticas humanas. Assim, se constitui historicizada e, é socialmente construída, tendo raízes em questões como:

sustentabilidade do que, para quem, quando, onde, por que, por quanto tempo. Isso significa que os atores sociais se movem, em seus discursos e práticas, buscando legitimá-los, ou sendo por outro(as) deslegitimizados, de modo a prevalecerem aqueles(as) [discursos e práticas] que vão construir autoridade para falar em sustentabilidade e, assim discriminar, em seu nome, aquelas práticas que são sustentáveis ou não (MARRUL apud QUINTAS, In LAYRARGUES, 2007, p.121).

Estas três ressignificações têm sentido pleno separadas, mas se acredita que adquirem um senso de complementaridade e ganham mais força se postas juntas. Como apresenta Quintas

[...] Está se propondo uma Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória. Crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. Transformadora, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também emancipatória, por tomar a liberdade como valor fundamental e buscar a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos. (In LAYRARGUES, 2007, p.132)

O aprofundamento sobre cada uma destas ressignificações serve para melhor instrumentalizar o educador ambiental simpático a esta perspectiva e sensibilizado pela necessidade de superação do modelo capitalista.

A Educação Ambiental Crítica é herdeira direta da Teoria Crítica, vinculada às formulações e reflexões produzidas pela Escola de Frankfurt, tendo suas raízes “[...] nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação” (CARVALHO In LAYRARGUES, 2007, p.18). Nesse sentido, a percepção do fundamental vínculo entre teoria e prática, e sua impossível separação, da parcialidade da construção científica, subordinada ao viés cultural do cientista, da superação da dicotomia sujeito-objeto, da mercantilização da vida e da complexidade da totalidade são características fundadoras da Educação Ambiental Crítica.

Tendo como ponto de partida o real concreto dos sujeitos e embalada por ideais democráticos e participativos, a EA Crítica visa contribuir para uma mudança de valores e atitudes frente ao mundo, não o tomando como pronto e dado, mas como palco de relações socioambientais em disputa, em construção.

Entre as metas da EA Crítica Isabel Carvalho (In LAYRARGUES, 2007, p.19) identifica a formação de “[...] um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais

capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a Justiça Ambiental⁴”

Assim, para formar este “sujeito ecológico”⁵, capaz de intervir em sua realidade, a EA Crítica prima pelo desvelamento dos embates fundantes da construção de sentidos, pela compreensão complexa do real pelos sujeitos e sua instrumentalização para intervir nessa realidade (GUIMARÃES In LAYRARGUES, 2007).

Este sujeito, sendo partícipe de uma cidadania ativa e dotado de uma capacidade crítica frente às armadilhas paradigmáticas que o sistema apresenta, se torna um potencial transformador, orientado para a superação desse sistema em crise.

A Educação Ambiental Transformadora vem para se contrapor às “[...] abordagens comportamentalistas, reducionistas ou dualistas no entendimento da relação cultura-natureza” (LOUREIRO In LAYRARGUES, 2007, p.65).

As noções de finitude das experiências e vivências capazes, de redução e dualismo, ou isso ou aquilo, são postas à prova e desbancadas pela EA Transformadora. A própria educação para além do instrumentalismo já se coloca como elemento de transformação à medida que supera a apreensão de conteúdos necessários à vida do ser humano. Fórmulas prontas e acabadas são propostas superficiais e não visam o combate de fato da crise socioambiental que atinge a contemporaneidade. Estas são as propostas da Educação Ambiental Conservadora, que aposta na mudança de comportamento para superação dessa crise.

Isabel Carvalho (2008), relatando a dissonância que há entre comportamentos e atitudes na Educação Ambiental, destaca:

A dissonância entre os comportamentos observados e as atitudes que se pretendem formar é um dos maiores desafios da educação de um modo geral e da EA em particular. Muitas vezes, as atividades de EA ensinam o que fazer e como *fazer certo*, transmitindo uma série de procedimentos ambientalmente corretos. Mas isso nem sempre garante a formação de uma atitude ecológica.

Educadores ambientais preocupados com a crise socioambiental que não conseguem sensibilizar seu público-alvo e motivá-los a entrar em ação certamente não alcançaram os objetivos da EA Transformadora. Ainda, estes educadores podem fazer com que sujeitos e grupos tenham comportamentos considerados ecologicamente adequados, mas não consigam atingir um discernimento capaz de evidenciar-lhes as raízes da crise. Em ambos os casos não

⁴ Sobre a definição de Justiça Ambiental consultar ACSELRAD In FERRARO JR, 2007, p.219-228.

⁵ Para esclarecimentos sobre o conceito de Sujeito Ecológico e o seu papel frente à crise socioambiental contemporânea, consultar CARVALHO, 2008, especificamente pp. 65-71.

se conseguiu de fato operar uma transformação na realidade de vida, senão que apenas os comportamentos foram transformados.

Para além disso, a Educação Ambiental Transformadora se volta para problematizar o concreto vivido, dispensando fórmulas e modelos de comportamento, estando preocupada muito mais com a formação de atitudes, em que

[...] implicaria desenvolver capacidades e sensibilidades para identificar e compreender os problemas ambientais, para mobilizar-se, no intuito de fazer-lhes frente, e, sobretudo, para comprometer-se com a tomada de decisões, entendendo o ambiente como uma rede de relações entre sociedade e natureza (CARVALHO, 2008, p.181).

Para a EA Transformadora a crise socioambiental não consegue ser superada com os mecanismos disponibilizados pelo sistema, mas apenas pela transformação social e pelo questionamento radical aos padrões industriais e de consumo consolidados no capitalismo, com vistas a uma sociedade justa e ambientalmente orientada. O modelo capitalista é por sua natureza insustentável, pois consome seres humanos e meio ambiente, sem nada produzir de fato, cerne da referida crise. Sua superação é, por isso, um dos caminhos mais democráticos, sustentáveis e justo para todos. Surge novamente o conceito de Justiça Ambiental, pois a Educação Ambiental Transformadora compreende a fusão que há entre risco ambiental e insegurança social. Ao atuar sobre a concentração dos rejeitos sobre as camadas rejeitadas da população, a EA propõe novas formas de organização, nas quais os agentes locais tomam em suas mãos o papel ativo e rompem com antigas sociabilidades que os estabelecem como excluídos e, definitivamente, rejeitados. Tornam-se, assim, cidadãos, capazes de rearranjar as relações de poder e subordinação a que estão submetidos.

Essa transformação se faz por sujeitos livres portadores de uma consciência crítica e uma orientação transformadora. Por isso a emancipação.

A crise socioambiental contemporânea é uma crise global, que se abate sobre todo o conjunto de seres humanos e não-humanos. A submissão de grupos ao interesse da mais-valia os transforma em coisa a ser explorada para esse fim. A Educação Ambiental Emancipatória pretende romper essa relação assimétrica ideológica e prática, em que os grupos subalternos são reificados e por isso mesmo passíveis de exploração pelo capital.

O contexto da globalização⁶ é exemplar para perceber a necessidade e a validade da EA Emancipatória. Nesse sistema global atual, as decisões do que fazer, como proceder, o que interessa e o que não interessa são tomadas por um reduzido grupo de investidores,

⁶ Para uma leitura dinâmica e a percepção de alternativas à globalização neoliberal, cf. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

agentes ativos que detêm o domínio sobre as ferramentas de produção. À sua disposição eles têm um mundo que se mostra, na maioria das vezes, aberto e disposto à exploração, e quando lhes convier eles podem migrar com seus recursos de um lado para outro sem a menor restrição.

Na outra ponta estão os agentes locais, apassivados, submetidos a condições precárias ou limitadas, explorados em detrimento do primeiro grupo e seus interesses. Eles não têm poder algum para aplicar as forças produtivas em tal ou qual ponto, não têm autonomia para escolher qual futuro querem ter, não são respeitados em sua racionalidade e sua visão de mundo.

Aqui a EA Emancipatória tem a fazer sua principal contribuição. Como se refere Gustavo Lima:

Em termos sintéticos, a Educação Ambiental Emancipatória pretende, como diz o próprio nome, ampliar os espaços de liberdade de indivíduos e grupos que dela participam, transformando as situações de dominação e sujeição a que estão submetidos através da tomada de consciência de seu lugar no mundo, de seus direitos e de seu potencial para recriar as relações que estabelece consigo próprio, com os outros em sociedade e com o ambiente circundante. (In LAYRARGUES, 2007, p.104)

O abandono da visão dos sujeitos e grupos locais como impotentes e incapazes de autogestionarem-se e a abertura de espaços democráticos para a discussão dos destinos tomados pelo grupo são fundamentais para a Educação Ambiental Emancipatória. A proposta de criar racionalidades alternativas à do capitalismo global também surge como necessária, e a EA Emancipatória, almejando sujeitos locais ativos, prevê a realização deste desejo através da construção de espaços de participação democrática, de conhecimentos emancipatórios, de novas solidariedades, e novos modos de produção e convivência cultural.

O contexto da crise socioambiental global exige novas racionalidades, novas formas de perceber e agir no mundo, e a proposta de EA que conjuga estas três definições, crítica, transformadora e emancipatória, surge como uma alternativa à racionalidade promovida pelo mundo capitalista ocidental. Embasados teoricamente por esta perspectiva, os pesquisadores são capazes de apresentar projetos de pesquisa que contemplem essa crítica, essa transformação e essa emancipação dos sujeitos, com vistas a favorecer a formação do sujeito ecológico. O método da História Oral se apresenta como uma iniciativa legítima para tal fim, e se fará agora uma clarificação desta metodologia de pesquisa.

Breves Considerações sobre o Método da História Oral

A Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória se configura claramente como uma postura teórica que visa o enfrentamento e a superação da crise socioambiental por meio da proposição de alternativas ao modelo de sociedade capitalista neoliberal. Um dos meios pelos quais trabalhar metodológica e socialmente para a construção de indicadores que apontem a essas alternativas é o método da História Oral.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que visa “[...] a apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato” (MEIHY, 2005, p.17), que ganhou destaque no Brasil logo após o fim do período da ditadura militar na segunda metade do século XX.

Por se tratar de um método que utiliza novas formas de construir a História, ouvindo novos protagonistas, a História Oral foi por algum tempo considerada uma “outra história”, uma história “dos de baixo”, justamente por sua vocação para alcançar grupos emudecidos por agentes históricos hegemônicos. Essa oportunidade de trazer o foco do processo histórico a estes grupos representou uma profunda transformação no modo pelo qual eram representados os grupos subalternos e oprimidos.

Evocando os princípios da Justiça Ambiental, a História Oral se propõe, antes de tudo, a registrar as experiências e vivências dos grupos oprimidos, postos fora do escopo da História tradicional. Contando como uma metodologia que se realiza com o depoimento de vida, a História Oral consegue alcançar os iletrados, os socialmente rejeitados pelo capitalismo, grupos sociais que representam pouca força política, mas que são a base fundadora da Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória.

A construção da História Oral se dá a partir de um projeto que deve guiar os rumos do trabalho, oferecendo as linhas gerais que o trabalho de campo deve ter, para que o esforço que se faz não se torne uma coleção de depoimentos gravados de forma aleatória. “[...] O projeto deve prever, com detalhes, todas as operações a ser desenvolvidas, pois ele também é o principal diferenciador entre a História Oral e outras áreas que também trabalham com entrevistas” (MEIHY, 2005, p.173).

Composto principalmente de duas partes, os fundamentos temáticos e teóricos e a parte operacional, o projeto em História Oral é montado de acordo com os objetivos buscados pelo pesquisador, a dizer: celebração e homenagem; esclarecimento, explicação ou confissão; acusação e contestação. Os fundamentos temáticos e teóricos abordam o tema, um assunto

sobre o qual pretende tratar e em torno do qual circularão todas as reflexões e esforços do pesquisador; a justificativa que dê conta da importância do estudo, especificando as intenções centrais do projeto, pois se pretende que os projetos em História Oral tenham um sentido social (MEIHY, 2005); e a hipótese de trabalho, ou hipóteses de trabalho, que promoverá o questionamento capaz de motivar e dar sentido à realização da entrevista.

Ainda parte dessa primeira metade do projeto estão a escolha da colônia, “[...] relacionada ao fundamento da identidade cultural do grupo, os elementos amplos que marcam a identidade geral dos segmentos dispostos à análise”; e a formação da rede, ponto de partida para o trabalho prático, caracterizada como uma “[...] subdivisão da colônia que visa estabelecer parâmetros para decidir sobre quem se deve e quem não se deve entrevistar” (MEIHY, 2005, p.177).

A operacionalização prática do projeto deve ser acompanhada de uma constante retomada da proposta original estando, porém, aberta aos rumos próprios que os depoimentos imprimem sobre sua condução. A entrevista é o momento alto da execução do projeto, pois nela há a integração entre o pesquisador e o colaborador, sendo que este último experienciou aspectos relevantes que o primeiro visa coletar em forma de depoimentos.

Vale destacar que a entrevista não é realizada de forma leviana ou descompromissadamente. Deve ser seguido todo um protocolo para formalizar o processo da entrevista. Antes de tudo, se tem a pré-entrevista, momento de preparação do encontro em que se dá a entrevista. O esclarecimento dos objetivos da pesquisa, do registro a ser feito e do local e momento da entrevista são realizados nessa etapa.

A entrevista deve ser conduzida num clima “[...] de solidariedade profissional, aberto ao aconchego, à confiança e ao respeito” (MEIHY, 2005, p.179). Considerando o narrador não um objeto de estudo mas um parceiro na construção da História, o oralista encontra nesses colaboradores sujeitos capazes de lhe ajudar a reconstruir períodos históricos sob novos enfoques. Para isso é imprescindível a anuência do colaborador, seu consentimento em gravar e publicar seus depoimentos. Ainda, se deve salientar “[...] que não é o acúmulo de horas que caracteriza uma entrevista boa. Mais vale um clima sincero e fraterno que a repetição de perguntas ou a retomada exaustiva de temas que sempre voltam com conteúdo diferente” (MEIHY, 2005, p.180).

A pesquisa de campo não se encerra com o fim da entrevista, pois as vias de comunicação com os colaboradores devem permanecer constantemente abertas, seja para

retomar alguns pontos que suscitaram reflexões e merecem maior atenção, seja para apresentar resultados e solicitar que se façam as devidas correções no material.

A transcrição das entrevistas ocupa também um lugar de destaque dentro da execução do projeto. Embora possa estar envolta em disputas sobre uma relativa pureza da transcrição em si, palavra por palavra, como sinal de respeito à fala do colaborador, Meihy destaca que

[...] trabalhar uma entrevista equivale a algo como tirar os andaimes de uma construção quando esta fica pronta. Com isso, a primeira tradição quebrada é a do mito de que a transcrição de palavra por palavra corresponderia à realidade da narrativa. Como uma gravação não abriga lágrimas, pausas significativas, gestos, o contexto do ambiente, é impossível pensar que a mera transcrição traduza tudo o que se passou na situação do encontro (MEIHY, 2005, p.183).

Existem ainda três etapas para a transcrição. A primeira se trata da transcrição literal, fiel ao registrado, corrigindo alguns vícios de linguagem, erros de gramática, palavras repetidas, mas procurando manter o tom da narrativa. A segunda seria a textualização, onde se suprimem as perguntas já fundidas nas respostas, e o texto passa a ser prioritariamente do narrador, assumindo a primeira pessoa da narrativa. A terceira etapa é a transcrição, que se propõe a estabelecer um texto completamente novo, respeitando tanto a originalidade da ideia inicial da narrativa quanto a anuência do próprio colaborador com sua versão final.

A conferência é parte essencial da pesquisa, pois estabelece o acordo necessário para a publicação dos registros. A entrega do material transcrito aos colaboradores abre espaço para quaisquer ajustes que estes achem pertinentes antes de seu uso. Apenas após a conferência e a autorização, acompanhada de um termo de autorização que explicita claramente as intenções de uso que se quer dar àquelas entrevistas, se pode fazer uso do material coletado. Caso não haja acordo nestes termos, a entrevista não deve ser utilizada, respeitando sempre a opinião do colaborador.

A História Oral trata, assim, do registro de depoimentos de experiências de vida de sujeitos envolvidos em processos sociais que por vezes apresentam abertura a outras leituras, por vezes leituras inéditas. O estofado para a realização destas pesquisas é a memória, coletiva e individual, que é construída e reconstruída por estes sujeitos, adaptada, readaptada e preservada, não um retrato fiel do passado, mas uma versão dele.

O que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstância foi evocado o fato: tudo isso integra a narrativa, que sempre nasce na memória e se projeta na imaginação, que, por sua vez, depois de articular estratégias narrativas, se materializa na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita (MEIHY, 2005, p.61).

As Contribuições da História Oral à Educação Ambiental

A consideração de uma Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória posta em movimento pela execução de projetos de História Oral suscita algumas reflexões sobre quais seriam as contribuições que esta metodologia teria a respeito de propostas alternativas à globalização capitalista neoliberal em curso.

Primeiramente teríamos o ponto de partida para tal proposta de EA, o real concreto vivido, fundamentalmente a base constitutiva da experiência vivida dos sujeitos da História Oral. Calcada e inspirada como está na experiência de vida dos narradores, a História Oral recorre à memória, perspectiva e vieses deles para ser construída, e para incluí-los no processo histórico. Os depoimentos colhidos pela História Oral não são fundados na conjectura e na suposição, ou em possibilidades idealizadas desconectadas da realidade, mas no vivido, no experienciado, no arcabouço de lembranças fundamentadas pela interação do ser humano no meio.

A atenção que a História Oral volta aos grupos marginalizados pela História visa cumprir sua vocação democrática de História de todos. Não se tratando de uma visão reverencial dos grupos dominantes, a História Oral busca trazer luz aos grupos e sujeitos até então emudecidos, base também para a construção de uma Educação Ambiental Crítica. Ao valorizar o conhecimento, a sabedoria, a experiência e a vida dos sujeitos e grupos postos à margem pelos agentes hegemônicos globais, a Educação Ambiental e a História Oral atribuem legitimidade a outras racionalidades não-hegemônicas capazes de oferecer subsídios a uma sociabilidade alternativa.

A História Oral, com vocação para tudo e para todos, tende a ser polissêmica, plena de sentidos e portadora de uma multiplicidade de vieses e versões históricas. Sendo assim ela é capaz de pôr à prova uma visão de mundo distorcida em que haveria uma harmonia entre os diferentes grupos que estão em disputa e desvela os embates fundantes da construção de sentidos. Essa visão de mundo muitas vezes acaba reconhecendo a perspectiva dominante como única válida e deslegitima todas as outras explicações de mundo, consideradas marginais, subalternas, dominadas.

Essas explicações de mundo (e mundos) alternativas só encontram limites dentro dos recortes e delimitações do projeto de pesquisa em História Oral. Com sua abertura metodológica, a História Oral se presta para abordar os mais diferentes interlocutores, categorizados por classes sociais, etnias ou gêneros, e além disso.

[...] Cataclismos, doenças, surtos epidêmicos, exílios, torturas são causas que podem filtrar a narrativa, evocando memórias que se organizam a partir de fatores

circunstanciais que passam a ser fundamentais na vida das pessoas e dos grupos (MEIHY, 2005, p.68).

Objetivamente esse deslocamento no tempo, realizado a partir de um esforço mnemônico presente e atual, abre espaço para a reflexão acerca das atitudes passadas. Ecléa Bosi (2006), referindo-se à reconstrução que é o ato de lembrar, argumenta: “[...] Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”.

No momento vivido, o sujeito que lembra e narra possivelmente, e muito provavelmente no caso de velhos narradores, não dispunha da visão em perspectiva que tem agora, e pode ter caído em equívocos que para ele hoje são claros. Essa reconsideração, que só pode ser realizada com autenticidade pelo velho sábio, é a base para a formação do sujeito ecológico (CARVALHO, 2008, p.63-71), e de uma atitude ecológica.

De fato, o estudo da memória em Educação Ambiental vem oportunizar a compreensão das relações ser humano-natureza que se dão em nível pessoal e social.

[...] A memória [...] oferece condições de compreender os processos e as consequências oriundos da composição das relações espaciais. [...] É capaz de revelar o ambiente local, as dinâmicas que formaram determinado espaço. As relações dos seres humanos com o ambiente resultam no processo de dar significados e valores aos lugares (ALEXANDRE e OLIVEIRA, 2006, p.306).

Assim, “[...] as propostas de EA originárias de realidades conhecidas de sujeitos provocam sensibilização nos mesmos, no ato de valorizar o lugar e os elementos que o compõem”, vinculando memória, identidade e natureza.

Essa reflexão crítica do passado desencadeia, com a socialização dos registros e as próprias reflexões do pesquisador, um processo de reconsideração/revisão das práticas e costumes do grupo, à medida que passa a formar atitudes referentes às problemáticas ambientais enfrentadas. Ao problematizar o concreto vivido a partir das considerações e identificações de ações reconhecidas como maléficas ao próprio grupo, se pode principiar a discussão de possíveis mudanças no seio do grupo.

Enfim, a História Oral, sempre decorrência da democracia, só se pode fazer com liberdade, e ao ser feita promove o aumento desta liberdade aos sujeitos que a fazem. A História Oral se caracteriza como uma metodologia de pesquisa que pode ser, e é, apropriada pelos diferentes grupos para a confecção de sua própria história, manutenção de sua memória, valores e identidade. Consequentemente, ela possibilita a abertura para uma Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória e promove a percepção da cidadania e a afirmação do sujeito no mundo, portador de uma existência pregressa, de raízes que o

vinculam ao local vivido e oferecem resistência ao modelo de globalização alienante e hegemônico neoliberal.

Se tornando autônomos para trilhar seus próprios caminhos, e conscientes de suas origens e sua inserção no mundo, estes sujeitos ecológicos conquistam o estatuto de cidadãos que lhes veio sendo negado há tempos, e passam a atuar ativamente nos rumos de seu grupo no contexto global.

Considerações Finais

A Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória se coloca no cenário da crise socioambiental global contemporânea como uma alternativa ao modelo social, econômico, político e cultural proposto pela globalização neoliberal. Ao promover a reflexão crítica sobre as atitudes e pensamentos e não simplesmente a reprodução vazia e o comportamentalismo; ao estabelecer o foco de sua atenção no concreto vivido e sua transformação a partir da interação dos sujeitos locais; e ao compreender que estes sujeitos devem conquistar e fazer valer sua cidadania para além de uma série limitada de direitos e deveres, a Educação Ambiental se coloca como uma via pela qual promover e valorizar formas do ser humano se relacionar entre si e com o meio alternativas à hegemonia capitalista.

Existem inúmeras formas de colocar em prática essa alternativa e essa superação, e uma delas, que se tentou apresentar nesse texto, é a História Oral. Uma metodologia de pesquisa interessada na construção de vieses históricos alternativos, na inserção de sujeitos postos à margem do processo histórico, na valorização da sabedoria, dos costumes, dos saberes e fazeres desses sujeitos, na maioria das vezes oriundos de populações tradicionais.

A História Oral pode contribuir para a Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória ao ouvir os grupos até então emudecidos no processo histórico, ao registrar as histórias de vida de sujeitos aliados pelos grupos hegemônicos e invisibilizados dentro da sociedade. Pode contribuir ao registrar as memórias dos grandes narradores - na concepção de Walter Benjamin, que têm “[...] sempre suas raízes no povo, principalmente nas camadas artesanais” (BENJAMIN, 1994, p.214) - e ver em seus depoimentos posições críticas de sujeitos que passaram por problemas socioambientais e têm algo a dizer sobre isso. Pode contribuir, ainda, ao oferecer autonomia, como um método simples, mas não simplista, e aberto ao uso por sujeitos não-acadêmicos, e oportunizar uma aproximação entre a sabedoria

prática dos narradores e o conhecimento científico para a construção de uma realidade sustentável.

REFERÊNCIAS:

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALEXANDRE, Fernanda e OLIVEIRA, Sandra de Fátima. Fenomenologia e memória: novos aportes para a práxis da EA. In: *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. v.22. Janeiro-Julho, 2009. <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol22/art21v22.pdf>, acessado em 19/08/2010
- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). *Usos & abusos da história oral*. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 13.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, 2005.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 431 p, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

THIESEN, Icléia, BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti & SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Vozes do porto: memória e história oral*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.